

DIREITO A IGUALDADE NA DIFERENÇA

Dária Aparecida de Jesus Carvalho

dariacpa@hotmail.com

Márcia Oliveira Marques Nogueira

marciamarquescpa@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho permeia o campo da Educação e visa contribuir com os profissionais da educação e sua práxis pedagógica tendo como eixo norteador o direito humano à diversidade cultural e inclusão social, tendo como protagonistas os nossos alunos, articulando experiências e conhecimentos com as necessidades e possibilidades da ação pedagógica. Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa que objetiva analisar como se constitui ações inclusivas nas escolas municipais de Caiapônia-GO, em consonância com legislações vigentes, considerando a aceitação das diferenças individuais, em uma perspectiva cultural de inclusão social.

Historicamente a diversidade cultural e a inclusão social apresentam-se como coadjuvante da educação e programas sociais. A partir dos anos de 1990, vários programas, políticas e iniciativas vêm sendo desenvolvidas no intuito de ações afirmativas, propositivas e articuladas com setores políticos, sociais e econômicos. Políticas de igualdade, de valorização e de reconhecimento da diversidade referidas à educação escolar parecem, algumas vezes, estar em contraposição e, em outras, se desenvolverem através de movimentos lado a lado, sem a necessária articulação. Nesse sentido é fundamental que se tenha presente que “o educando, o estudante, tem cor, tem sexo, um lugar social em que ele está inserido, além de sua condição de classe social” (Haddad & Graciano, 2006, p. 5).

A inclusão social na compreensão de diversidade cultural em que direitos e diferenças enquanto dispositivo imprescindível para uma educação inclusiva, igualitária e de qualidade no intuito de que profissionais, pais e alunos tornem-se, aptos a discutir e fundamentar tensões entre igualdade e diferença na concepção e prática dos direitos humanos, abarcando

especificidades e articulações entre o direito à educação e a educação em direitos humanos e inclusivos, vem se tornando aos poucos uma realidade.

DESENVOLVIMENTO

A premissa desse trabalho é uma educação inclusiva que abarque as especificidades de cada criança os pré conceitos que educadores e comunidade escolar têm acerca de como garantir direitos educacionais e sociais assegurando a diversidade e a diferença, tendo em vista que a discussão acerca dos direitos humanos constitui um dos eixos fundamentais da problemática das sociedades contemporâneas.

Propor uma educação de direitos e respeito à diferença de acordo com Bittar (2009, p. 553), perpassar especialmente ao aumento “no interior da cultura do direito, da afirmação de formas de luta por reconhecimento. A ampliação elástica do conceito de direito, para abranger também a idéia de um direito à diferença, [...]”, tencionando diferenciações, em uma sociedade contemporânea que tendem a produzir homogeneização e padronização.

A análise das legislações é fundamental para o entendimento do objeto em estudo e com intuito de dialogar com o campo teórico a pesquisa de campo se efetivou mediante propostas educacionais que abarque novos paradigmas, preceitos, adequações significativas no currículo, ferramentas e metodologias por meio da interdisciplinaridade, letramento, equidade, adaptações e flexibilizações de conteúdos aplicados com caráter mais funcional e prático, dando subsídio e orientações para fortalecer o desenvolvimento do trabalho pedagógico dos educadores visando à melhoria do processo ensino aprendizagem dos educandos e do respeito as suas características individuais.

CONCLUSÃO

A pesquisa revela que o principal desafio está em garantir uma educação que articule direitos de igualdade, e direitos da diferença tendo em vista que a mesma requer presença, participação e aquisição de conhecimentos criando condições, estruturas e espaços para uma diversidade autônoma e independente. Portanto, a luta pela diferença se conceitua, dialeticamente, frente a movimentos de luta por Igualdade de Oportunidades e de atitudes positivas sem preconceito, defendendo uma perspectiva que garanta direitos a todos, independentemente de suas diferenças particulares e que a Educação Especial seja parte integrante do sistema educacional. Somos conscientes da tensão que existe entre estes dois

movimentos, portanto é nesta tensão que é importante trabalhar e a considerarmos como geradora de políticas públicas e legislações e as abordem de forma efetiva.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23, dez. 1996.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. A educação entre os direitos humanos. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Ação Educativa, 2006.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (MEC). Saberes e Práticas da Inclusão: Recomendações para a Construção de Escolas Inclusivas. [2.ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, 2006. 96 p.